 doi: https://doi.org/10.35699/2525-8036.2024.56721

O DIAGNÓSTICO DE UM BRASIL EM CRISE: ENTRE A MEDIOCRIDADE E A GRANDEZA*

Carlos Sávio Gomes Teixeira **

Introdução

Atualmente, estaria a esquerda ainda se recuperando da grande frustração que foi o ruir da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas? Se ao longo da Guerra Fria, o conflitivo embate entre dois projetos dicotômicos de mundo se ritualizava em um ringue de bomba atômica, ao seu final, a derrota soviética parece ter conduzido os progressistas para um universo de baixa formulação imaginativa, onde o único caminho plausível parece ser o neoliberalismo dotado como o fim da história. Esse discurso finalista parece ter convencido a própria esquerda e diante da burotecnocracia, pautada numa pseudo-razão-econômica, que se coloca como o modelo da globalização neoliberal, ascende-se aquilo que Mangabeira Unger chama de uma *Ditadura da Falta de Alternativas*.

Presa a uma revolução que nunca chega e engessada perante o avançar capitalista, a esquerda se coloca num voo frustrado ao centro (ou seria totalmente à direita?), que atiça aqui e acolá insatisfações, frustrações e uma perspectiva de puro desespero de que não só não há agenda política de transformação — mas também não há política alguma. Dessa forma, o povo se vê num beco ressentido e sem saída às vistas de um populista que os salve.

Nas páginas que seguem, o Professor Doutor Carlos Sávio Gomes Teixeira, fiel discípulo de Roberto Mangabeira Unger, nos ajuda a refletir os dilemas que acometem a nação brasileira. Contra a fileira da mediocridade que se interpõe à grandeza do Brasil, o intelectual nos guia de forma crítica e lapidar através das raízes da crise em que vive a esquerda, as universidades e a democracia brasileira.

Entrevista

Revista de Ciências do Estado: Um dos problemas hodiernos que lhe chama a atenção parece ser, justamente, uma crise da esquerda política. Sendo assim, como você

* Entrevista elaborada e realizada por Theo Augusto Apolinário Moreira Fonseca, Lucas Antônio Nogueira Rodrigues e Dante Alexandre Ribeiro das Chagas.

** Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil, sendo o atual coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP). Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Estuda o pensamento social e político contemporâneo, dando ênfase no trato da dimensão institucional. E dedica-se também à análise do pensamento especificamente brasileiro e da sociedade brasileira contemporânea. Autor de livros e artigos em sua área de atuação. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8877-5537. Contato: csgteixeira@id.uff.br.

descreveria essa crise? É um problema que se apresenta como sintoma ou causa do nosso modelo de democracia?

Professor Doutor Carlos Sávio: A esquerda, entendida como a portadora intelectual e política da transformação, vive hoje o seu pior momento histórico, desde o seu surgimento mais ou menos em fins do século XVIII. E esta situação tem relação direta com a tradição marxista. O marxismo se tornou a principal fonte teórica e conceitual da esquerda. E durante os últimos 150 anos manteve uma enorme e incrível influência, especialmente ao longo do século XX, desde a revolução Russa. No século XXI a sua influência é declinante e inercial. O primeiro grande problema do que veio a se tornar o monopólio do marxismo sobre a esquerda foi o eclipse que o marxismo deliberadamente operou na tradição intelectual e política precedente, rotulada por Marx e Engels de "socialistas utópicos". O critério usado para defini-los como "utópicos" era a comparação com a suposta natureza científica do materialismo histórico, cuja ciência da história estava, alegadamente, descobrindo as leis que, em tese, governariam a história. Uma loucura. Que começou cobrando um alto preço, justamente o descredenciamento de autores como Proudhon, Fourier, Saint-Simon, entre outros. Hoje sabemos que muitas ideias dos socialistas "utópicos" poderiam ter socorrido a esquerda em sua quase crônica deficiência em termos de pensamento programático e de capacidade analítica a partir de uma realidade decomposta.

Ainda neste registro, o "utópico" era contrastado com aquela que veio a ser a principal categoria política do marxismo e, em decorrência, da esquerda: revolução! O conhecimento científico levaria à revolução, enquanto a utopia daria em conservadorismo bem-intencionado. A quantidade de barbaridades, intelectuais e políticas, que já foram realizadas em nome da revolução é um negócio impressionante. E uma outra questão a dividir os cientistas revolucionários dos utópicos, todos esses rótulos entre aspas obviamente, era o agente da transformação. Para os marxistas, o proletariado industrial seria a classe portadora dos interesses mais legítimos e universais da sociedade capitalista. Já os "utópicos" eram sensíveis aos interesses e ideais pequeno-burgueses. A história, curiosamente, parece dar razão aos "utópicos", pois o tipo majoritário de trabalhador no mundo atual e o ideal predominante entre esses trabalhadores está muito mais para o de uma pequena-burguesia do que para o do proletariado – visto, inclusive, cada vez mais como prenhe de interesses egoístas e corporativistas. O que isso mostra é que a esquerda não deve essencializar a sua base social. O suporte social da transformação deve ser interpretado

politicamente em cada circunstância, pois a política transformadora opera uma fusão de interesses e ideais.

Agora, indo mais para as consequências atuais da influência do marxismo sobre a esquerda, temos um outro aspecto dessa estória de revolução. Ela acabou virando o álibi para o contrário: em todo debate público em que a esquerda é provocada a apresentar suas ideias a respeito de como alterar o quadro de coisas instalado (invariavelmente cheio de problemas), ela oscila entre duas posições. A mais característica é a capitulação travestida de realismo. Nessa postura se misturam uma orientação tecnocrática, geralmente sob a chancela da ideia de ganhos marginais, com justificativas fatalistas como a do "acúmulo de forças" ainda insuficientes. E uma outra posição característica é a aposta retórica no extra ou anti-institucional dos movimentos sociais. Ambas as posições compartilham a visão de que o bonito e o legal, verdadeiramente falando, é a revolução, entendida como a substituição total de uma estrutura (que os marxistas chamam de modo de produção) por outra. Mas como a história (entendida como uma espécie de entidade sobre-humana) não apresenta as condições propícias para o exercício revolucionário, o que resta aos que estão do lado certo da história é dourar a pílula, se tornar um gestor do capitalismo, mas com "preocupação social". Quando um marxista está no poder atualmente, acontece o seguinte: o dia se inicia animado pela leitura matinal de Marx, Lukács, Adorno, mas termina em afagos noturnos à classe dominante - hoje em dia o mercado financeiro. O marxismo se torna a metafísica da rendição.

Essa operação absurda que começa falando em revolução e termina em compensação, resulta do entendimento equivocado acerca de como acontece, nas sociedades modernas e contemporâneas, a transformação estrutural. A sua forma paradigmática é a da alteração dos regimes institucionais que organizam as várias estruturas que compõem a base de uma sociedade. Mudanças cujo caráter é marcado pela natureza adicional e cumulativa do processo. Na perspectiva marxista, ao contrário, há somente duas formas de ação política: a revolucionária e a reformista. Mas a história de países variados como Japão, Alemanha, EUA e Brasil (Getúlio Vargas transformou uma grande fazenda de café numa das maiores economias industriais do século XX) revela que reformas revolucionárias são muito mais comuns e fecundas como meios de transformação do que o caso extremo da revolução.

Portanto, a crise da esquerda tem fortes raízes intelectuais. Mas a sua manifestação mais clara é política: a sua incapacidade de se distinguir, na prática, de seus supostos adversários de centro e de direita. E como isso ocorre? Na dimensão mais importante da

política que é a programática! O programa da esquerda hoje não se diferencia, em termos de economia política e de política social nem do de centro nem do de direita. Todos eles são liberais sociais, com pequenas diferenças apenas nas ênfases com que praticam o mesmo receituário. E essa circunstância leva ao descrédito da democracia, na medida em que para a massa de eleitores, que não se deixa impressionar pelo narcisismo das pequenas diferenças, não há contraste de orientação política nos governos, pois o programa é basicamente o mesmo. A minha tese é a de que este estado de coisas tem como fonte essa sombra de ideias marxistas como revolução, ditadura do proletariado, transição para o socialismo que, em última instância, operam como um bloqueador cognitivo e um calmante histórico.

Revista de Ciências do Estado: Ainda sobre os dilemas democráticos que vivemos hoje, parte das questões que têm sido identificadas como problemáticas é o identitarismo. Dessa forma, como podemos definir identitarismo? Para além disso, como ele se manifesta no Brasil, avaliando seus impactos na construção de uma cidadania política nacional? Enquanto movimento, é algo a ser simplesmente negado ou há algo que se pode conservar dos discursos e posturas ditos como identitários?

Professor Doutor Carlos Sávio: O identitarismo é uma das sequelas do marxismo. Porque o marxismo, embora desacreditado em suas principais teses, ainda funciona como uma espécie de fantasma que, com o seu imaginário e vocabulário, mesmo esmaecidos, ainda exerce influência. Muitos cacoetes do identitarismo derivam do marxismo – embora haja também distinções relevantes entre ambos, sobre as quais falaremos adiante. A ideia de que o conflito é o processo mais importante da sociedade e a de que o indivíduo só se torna verdadeiramente autônomo e desalienado (com consciência de classe, diriam os marxistas) quando reconhece essa realidade conflitiva, constitui a sua pedra de toque. Portanto, o sentido existencial mais importante para um identitário é o estabelecimento de adversários e inimigos a serem batidos e/ou eliminados (a prática dos cancelamentos é filha dileta do espírito identitário). A luta, de vida e morte, entre burgueses e proletários do marxismo é substituída por outra luta, agora entre negros e brancos, mulheres e homens, e outras tribos que caibam dentro da obsessão monocausal com as sujeições, humilhações e opressões. O que mais importa é sempre poder realizar um julgamento moralizante a respeito das pessoas e das instituições: as boas e as más, numa operação em que a bondade é invariavelmente associada aos sofridos – reais ou imaginários.

Apesar da descendência do marxismo, o identitarismo é uma degeneração em relação à esta filiação em um duplo sentido. Primeiro, o marxismo é um corpo de ideias teóricas extremamente ambicioso intelectualmente. Neste diapasão, inclusive, a sua crítica à tradição liberal, em particular a economia política inglesa, representa um momento especial de inflexão e avanço do pensamento sobre a sociedade e a história. Em segundo lugar, o marxismo sempre se viu como uma perspectiva que deveria orientar politicamente os interesses e ideais da maioria e não a minoria das sociedades. E nunca sofreu de cratofobia, ao contrário, sempre almejou o poder para usá-lo como máquina de libertação e emancipação. Já o identitarismo é tão somente uma corrente de opinião, cuja sede de proliferação são os Estados Unidos, país que sempre se acreditou, pasmem, uma sociedade sem divisão em classes sociais. Uma das confusões mais notáveis naquele país é a que trata desigualdade racial e, mais recentemente, de gênero, como antecedente à desigualdade de classes. Esta distorção analítica cobra um alto preço na descrição da realidade. Como sempre foi impossível esconder as contradições da sociedade norte-americana, suas elites intelectuais encontraram um meio de tratá-las de uma forma não estrutural. É neste contexto que entra, mais recentemente, o identitarismo e os seus conflitos de raça e gênero. A mensagem que esconde classe e enfatiza raça e gênero é muito clara: os problemas norte-americanos podem ser resolvidos dentro da ordem existente, que possui "soluções" para acomodar as questões de identidade.

Muitos intelectuais nos Estados Unidos analisaram a formação daquilo que o crítico literário Harold Bloom chamou de "Escola do Ressentimento". O identitarismo não existiria sem ela. Aqui teve papel fundamental a incorporação de ideias e vocabulário da filosofia francesa contemporânea. A noção chave é desconstrução, que logo virou desorientação quando traduzida em discursos voltados ao debate público, para além dos muros das universidades. Afinal, Derrida nunca foi Robespierre. O conteúdo dessa orientação se baseia no esforço declarado de superação epistemológica e antropológica da modernidade, entendida sempre em termos negativos. Nesse léxico não há nada que permita intervenção no conteúdo das instituições existentes. Com todos os limites do marxismo, ele prometia um futuro melhor com uma nova sociedade e um novo homem. O conflito, para os marxistas, é um meio. No identitarismo, conflito é o fim! O desconstrucionismo objetiva somente denunciar e protestar contra o presente. Por isso foi tão facilmente absorvido por acadêmicos, ativistas e militantes de toda ordem que desejam criticar dimensões como a moral, a

educação, a estética e, principalmente, a política, esfera em que o desconstrucionismo se liga, em íntima conexão, com a perspectiva cratofóbica de Michel Foucault.

O identitarismo metabolizou todo esse caldo de pensamento negativista numa formulação "programática" ou normativa em torno de duas ideias: resistência e representatividade, um "binômio conservador", segundo o filósofo Tiago Medeiros. Resistir, no identitarismo, é um ato de afirmar identidades dos derrotados historicamente, enfatizando a injustiça e a maldade do processo que legou a vitória dos opressores. No Brasil, por exemplo, muitos identitários desenvolveram um fetiche com as religiões de origem africana, que são descartadas pela maioria esmagadora de pretos e mestiços que engrossam as fileiras das igrejas neopentecostais. A maior parte dos que cultuam essas religiões "afro" formam uma minoria, cheia de brancos, de classe média. Eles estranham a escolha da massa de negros e mestiços. É um negócio absurdo em termos de expectativas. Já a representatividade é a ocupação de espaços sociais tidos como privilegiados por indivíduos saídos das minorias dominadas. O intuito é fazer as minorias se sentirem orgulhosas pelo reconhecimento que a representação gera. O apelo é simbólico. Sugere-se que a presença de negros e mulheres, por exemplo, nos poderes político, econômico e cultural diminuirá o racismo e o machismo. Não tem nada a ver com mudança da estrutura econômica e educacional que criou as exclusões.

São essas premissas que fazem um banco como o Itaú, que explora milhões de brasileiros cobrando valores escorchantes de serviços financeiros, posar de agente da inclusão ao contratar representantes dessas minorias para os seus quadros. O mesmo raciocínio orienta o preenchimento de cargos desimportantes no primeiro escalão de governos autointitulados de progressistas. O resultado desses exercícios de simbolismo nos Estados Unidos foi a emulação de uma classe média negra que jamais teve qualquer vínculo orgânico e real com a maioria de negros, que ficaram, desde sempre, no subemprego ou nas cadeias norte-americanas. Muitos progressistas relutam em encarar a realidade da falta de relação entre identitarismo e transformação. E, pior, muitos deles, no Brasil, ainda não se deram conta de que o identitarismo é o cavalo de Troia contra a brasilidade. O traço definidor da brasilidade é o sincretismo, a mistura e a bagunça entre o privado e o público, entre a razão, o desejo e a emoção, cujas manifestações são culturais, econômicas e sociopolíticas. Sob o pretexto de combater problemas como o racismo e o machismo, o identitarismo declara guerra contra a brasilidade. No exame da história recente dos Estados Unidos, o conflitivismo avinagrado que desemboca em judicialização permanente das relações sociais não causou diminuição de desigualdades. Todas as sociedades humanas na história tiveram

como um de seus motores as diversas formas de preconceitos, quase sempre impulsionados pelo desejo e pela fantasia de pureza. O Brasil nunca teve isso! Como nos mostrou Gilberto Freyre, o principal intérprete da formação sociocultural brasileira, o Brasil foi o primeiro país da história que adotou uma concepção pós-étnica de pertencimento nacional.

A força do sincretismo entre nós é tão grande que alguns progressistas, ansiosos pelo arrefecimento das críticas crescentes aos identitários, querem juntar água com óleo: brasilidade e identitarismo. São os semi-identitários, na feliz expressão do intelectual baiano Rodrigo Ornelas. Eles querem misturar causas como o antirracismo, de longa história no Brasil, com a locução desastrada dela pelo identitarismo pan-conflitivista. Acabam revivendo a "jornada de otários" de que falava Guerreiro Ramos, o maior sociólogo brasileiro, para quem o antigo partido comunista promovia uma deformação psicológica das pessoas. Guerreiro, na esteira do grande Oliveira Vianna, legatário intelectual da CLT, ficou com calo nas mãos de tanto denunciar o absurdo do colonialismo mental no Brasil. O mais curioso é que essa chaga nacional foi quase o tempo todo representada pela direita na política nacional, que sempre se perguntou por que o Brasil não era parecido com os Estados Unidos ou a Inglaterra. Mas, atualmente, todos os partidos políticos que se autointitulam progressistas no Brasil, como PT, PSB, PDT, PC do B, se conciliaram, no mais das vezes festivamente, com o identitarismo. Sendo que o Psol foi além e adotou o identitarismo como sua principal bandeira. Neste sentido, não surpreende a sua irrelevância eleitoral. Uma prática político-intelectual que se orienta pela primazia do conflito e descarta a cooperação é perspectiva que impede qualquer ação política reconstrutora e consequente. Nenhum regime que tenha como meta a democratização efetiva da cidadania pode se basear no negativismo como fazem os identitários.

Revista de Ciências do Estado Parte de sua trajetória se dá em um laço muito proveitoso com Roberto Mangabeira Unger. O professor, já foi desde objeto de pesquisa até um parceiro na vida política e acadêmica. O que o atraiu a estudar Mangabeira e seu experimentalismo democrático? O que o Brasil pode ganhar com os horizontes de uma imaginação institucional?

Professor Doutor Carlos Sávio: Eu conheci o Mangabeira assistindo a um programa de entrevistas na televisão chamado Jô Soares Onze e Meia, transmitido pelo canal SBT, do grande comunicador Silvio Santos. Eu morava em Cantagalo, uma cidade na região

calcária no interior do estado do Rio. Anos mais tarde, quando comecei a estudar Ciências Sociais na UFF, em Niterói, travei contato com as ideias da escola de Frankfurt e dei muitas risadas porque uma de minhas janelas para o mundo foi a TV e o rádio, ambos demonizados como indústria cultural pelos burgueses da teoria crítica, como o elitista Adorno. Mas, na entrevista, Mangabeira discorrera sobre o Brasil, e uma de suas teses me chamou muito a atenção: a de que o país era dividido em dois grandes blocos, por assim dizer: um que era organizado e outro que era desorganizado. Depois, em 1994, li uma entrevista dele na Folha de São Paulo defendendo a candidatura presidencial de Leonel Brizola, contra FHC e Lula. Quando a editora Azougue me pediu para organizar um livro de entrevistas do Mangabeira para uma coleção chamada Encontros, eu não tive dúvidas em incluir essa entrevista. Mas o que eu também admirei desde sempre no Mangabeira foi a sua identificação apaixonada com o Brasil. O pensamento do Mangabeira acabou virando, como você observou, o meu tema de estudo. Eu fiz uma tese de doutorado em ciência política na USP sobre as ideias mangabeirianas. O meu orientador foi Fernando Haddad, hoje ministro da Fazenda. Ele, que é marxista, não teve dogmatismo e me estimulou bastante.

O primeiro aspecto a me chamar a atenção na obra de Mangabeira foi a insistência em abordar os temas a partir da combinação de disciplinas como a filosofia, a teoria social, a teoria política, a economia, o direito e a psicologia. Nada de especialização. Abrangência e profundidade analítica. Às vezes um tanto excessivo na sistematização. Uma heterodoxia teórica e metodológica consequente. Essas características inusuais e que o diferenciam do pensamento contemporâneo, tanto no espírito como no estilo, levam a outra questão que, talvez, seja a mais importante do pensamento dele. É a orientação epistemológica. Para Mangabeira compreender e explicar um fenômeno, seja social, histórico ou natural, é preciso passar necessariamente pela imaginação disciplinada da série de transformações possíveis que esse fenômeno pode sofrer. E por isso o interesse pelas alternativas, termo característico de sua obra, é intrínseco e fundamental. Para ele, nem a natureza nem a sociedade são totalmente determinadas. Por isso a variação transformadora é acessível na história.

As Humanidades e as Ciências Sociais são culturalmente atraídas pelo determinismo, seja o econômico, o cultural, o moral e até o político. O pensamento de Mangabeira é visceralmente anti-determinista, embora sensível aos condicionantes, sempre analiticamente entendidos em combinação com a observação da influência dos elementos contingenciais na vida social, histórica e natural. Há nele um esforço deliberado de representar a pressão dos constrangimentos de maneira nem determinista nem fatalista. Essa

consequência de sua perspectiva epistemológica abre caminho para a postulação de sua teoria social segundo a qual a sociedade é um artefato, uma construção institucional e ideológica que só aparece como se fosse o produto de leis por conta das "necessidades falsas" que o pensamento moderno elaborou para explicar o mundo e a história, tanto na tradição liberal como na marxista, com suas "histórias míticas" acerca da emergência da democracia, do mercado e do estado.

Para Mangabeira, a dimensão institucional e o debate sobre as suas alternativas deveriam ter primazia no pensamento político. Para ele, a imaginação tem um duplo sentido: distanciamento do fenômeno e capacidade de ver o existente como uma variante de um conjunto de outras possibilidades. O método da imaginação institucional, por sua vez, é dividido em três etapas: mapeamento, crítica e apresentação de alternativas. Por mapeamento se entende a descrição da microestrutura institucional juridicamente definida, atentando aos seus detalhes. Já a crítica é a exploração da interação entre as estruturas institucionais detalhadas e os ideais em nome dos quais elas existem – sejam as estruturas que se tornaram realidade ou aquelas que foram descartadas ou frustradas. E a alternativa é a proposição de recombinação das partes dessa organização, juridicamente estabelecida, com o propósito de melhor atender aos interesses e ideais em nomes dos quais ela se justifica. O fetichismo institucional de que são acometidas as análises tidas por institucionalistas faz o movimento inverso: tenta associar a realidade a conceitos e ideias abstratas, perdendo de vista principalmente as possibilidades de variações dos "complexos organizacionais" da política (democracia e formas de governo, por exemplo) e da economia de mercado (os tipos de contrato e de propriedade, por exemplo).

E, por fim, me atraiu no pensamento de Mangabeira o apelo a um ideal considerado por ele mais importante do que o da igualdade e o da liberdade: a grandeza e o processo de engrandecimento. A ideia de compartilhamento e combinação da cooperação, da solidariedade e da competição. Uma espécie de democratização do espírito ou ethos aristocrático de estar na posse de si mesmo. Um exemplo concreto desse ideal e da substituição do ideal de igualdade por ele são as sequências especiais na educação: a promoção de meios que permitam aos alunos que demonstrarem maiores capacidades e talentos diferenciados avançar mais e também de meios de socorrer os alunos que demonstrarem dificuldades e bloqueios que os impeçam de acompanhar a média. Ao invés de partir de um dogma (todos são iguais), partir da realidade e permitir a todos usufruírem de possibilidades que atendam às suas reais condições. Este princípio radicalmente

democrático e experimentalista norteou a atuação do Mangabeira à frente de vários projetos na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República.

Revista de Ciências do Estado: No aspecto da interpretação do Brasil, como Mangabeira Unger se diferencia dos intelectuais anteriores a ele, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr, Florestan Fernandes? Quais são os avanços e contribuições da perspectiva mangaberiana para uma construção cidadã centralizada na brasilidade?

Professor Doutor Carlos Sávio: Mangabeira é um herdeiro de uma das tradições de interpretação do Brasil que eu chamo de Construtivista Institucional. Juntamente com outras duas tradições, que eu classifico de Liberalismo Culturalista e Estruturalismo Sociológico, esses modos de pensar o Brasil formam paradigmas explicativos a respeito de nossa constituição como país, contendo sempre um diagnóstico e uma terapia para o Brasil. O Construtivismo Institucional tem duas vertentes: uma autoritária, que pressupunha uma agenda modernizadora, posta em prática literalmente de cima para baixo, isto é, por um Estado forte e centralizado, capaz de cortar os nós górdios de nosso atraso. Esta orientação foi posta em prática na primeira fase da era Vargas. São autores importantes e representativos dessa perspectiva Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos. Todos foram, ao mesmo tempo, pensadores e homens de Estado. Uma segunda vertente desta corrente de pensamento emergiu após a superação do seu liberticismo inicial e participou do projeto nacional desenvolvimentista dos anos 50 e 60: Darcy Ribeiro, Celso Furtado e Guerreiro Ramos. Algumas características definidoras deste grupo são: i) não acreditam que o capitalismo seja uma metaestrutura como os marxistas. Isso significa que a ação política pode reorientar a economia e que mudanças estruturais prescindem de revolução; ii) são críticos do colonialismo mental e de seu cacoete de defender a cópia de ideias, instituições e práticas dos países tomados como referência; iii) enxergam a experiência brasileira como original, no sentido de distinta dos países metropolitanos, e não veem essa realidade como algo necessariamente ruim.

Sérgio Buarque de Hollanda, Raymundo Faoro e Rui Barbosa, esses dois últimos não citados por você em sua pergunta, são representantes do Liberalismo Culturalista. Argumentam que o Brasil é uma espécie de erro congênito, por expressar uma continuidade com Portugal e sua herança bloqueadora do desenvolvimento. O ponto nevrálgico dessa obra

do atraso que é o Brasil se apresenta em nossa dificuldade de separar o público e o privado. As práticas corrosivas social e institucionalmente que traduzem esse mal são o personalismo e o patrimonialismo. Sem a remoção de ambos os trambolhos, não teremos aqui o desabrochar do mercado, instituição que melhor apura e consagra a liberdade e o espírito empreendedor, elementos indispensáveis ao verdadeiro desenvolvimento – o capitalista. O direito político e a descentralização, materializada num regime federalista, são itens do arranjo institucional próprio para a prosperidade. Penso que Mangabeira se afasta bastante do determinismo cultural e do convencionalismo excessivo do liberalismo abraçado por essa tradição. Ademais, a cópia de instituições e práticas forjadas em outras realidades funciona como roupas emprestadas: nunca caem bem. A tese de Buarque de Holanda, segundo a qual a relação entre o Brasil e a democracia é a de um desencontro incontornável é um exemplo de erro analítico de quem pressupõe como natural o casamento entre modernidade política e democracia. Como Construtivista, Mangabeira acredita que as opções institucionais devem ser escolhidas em um cardápio que observe precisamente a relação de seu conteúdo com o seu contexto de aplicação. Em confronto direto com a visão da teoria da modernização, que sugere existir um caminho institucional único para o desenvolvimento político e econômico, os construtivistas argumentam que cada país pode organizar as possibilidades institucionais que a modernidade oferece de modo próprio.

Quanto a Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, ambos são exemplares do que conceituo como Estruturalismo Sociológico, que consiste no esforço de aplicar à análise da sociedade brasileira os preceitos da teoria social europeia, especialmente o marxismo. O objetivo principal desta corrente de pensamento é explicar o advento do capitalismo no Brasil como fruto de sua integração subordinada no sistema mundial de trocas, e seus efeitos negativos como a desigualdade social. Dentre os vários aspectos que me parecem distanciar Mangabeira desse estilo de interpretação está a sua desatenção aos traços da especificidade da constituição institucional brasileira, como o regime corporativista instituído por Vargas na primeira metade do século XX. E também o não compartilhamento com ambos da opção política pelo socialismo como alternativa para o Brasil. Acho que Mangabeira enxerga neste aparato analítico falta de sutileza, e no programa político irrealismo.

Como herdeiro e expoente do construtivismo institucional, Mangabeira apresenta projeto estratégico de desenvolvimento para o Brasil, em consonância com a brasilidade e seus pendores experimentalistas. O núcleo central dele é focar na qualificação do nosso arranjo produtivo (voltado especialmente para o universo de pequenas e médias empresas) e

reorganizar radicalmente a educação brasileira, para que ela cumpra a sua função básica que é ensinar, o que não ocorre hoje. A tese dele é a de que o Estado brasileiro tem os instrumentos necessários para levar à qualificação produtiva de nossa economia. São as instituições legadas pelo casamento, a partir de meados do século passado entre nós, do corporativismo e do fordismo industrial, como os bancos públicos de desenvolvimento, o Senai, o Senac, a Embrapa e o Sebrae. Elas precisam estar coordenadas por um projeto que há muito não temos. O objetivo é provocar um aumento da produtividade através da democratização do acesso ao capital, a tecnologia e a capacitações. Essa qualificação produtiva tem, como um de seus pressupostos, a reorientação do ensino, mudando a ênfase da inclusão quantitativa para a qualidade. A reforma do ensino básico geral seria complementada por ajuste do ensino técnico numa direção que o Senai e os Institutos Federais já estão fazendo. E, tendo em vista as diferenças regionais e os estágios distintos entre nossas regiões, o papel da cooperação federativa tem função decisiva. O desenvolvimento sustentável da Amazônia, por exemplo, não pode ser o extrativismo artesanal atual, sem escala e base científica. Portanto, é tarefa a ser desempenhada na contramão do ecologismo colonizado do Sudeste, fundado no anti-desenvolvimentismo. É projeto para o Estado brasileiro, reformado e a serviço de tarefas estratégicas, desempenhar para incluir, de fato, a maioria dos brasileiros no mundo produtivo e tirá-la da insuficiência das bolsas e auxílios de natureza meramente compensatória.

Revista de Ciências do Estado: Rememorando vossa trajetória e olhando para frente, para onde acredita que o Brasil está caminhando? E, se nos permite uma pergunta mais pessoal, como você avalia esse momento em sua vida enquanto professor, enquanto cidadão e enquanto pessoa?

Professor Doutor Carlos Sávio: O Brasil vive um período marcado pela mediocridade. O traço mais marcante na economia é a brutal desindustrialização, ocorrida veloz e precocemente nas últimas três décadas. E no mesmo período, apesar de slogans edificantes como cidadania e inclusão, temos uma educação que aumentou significativamente o número de matrículas, mas que forma, em sua maioria, analfabetos funcionais. Não há uma única área das políticas públicas em que estamos, de fato, bem. Segurança pública, saúde, saneamento, transporte público, habitação, em tudo vamos mal. E desde a última década, a este quadro deprimente, acrescentamos a divisão política. Quer

dizer, somos medíocres em termos das (in)-capacitações e divididos em termos de consciência. É uma circunstância que, olhando objetiva e friamente, não abre espaço para entusiasmo. Ao contrário, desespera. Até porque os dois grupos principais da divisão política e ideológica do país, lulopetismo e bolsonarismo, não apresentam nenhum indício de que podem iniciar uma virada neste panorama. O lulopetismo defende um regime de cooptação e de acomodação. O bolsonarismo defende uma postura "desconstrucionista" e antissistema. Ambos, entretanto, não representam projeto que busque enfrentar qualquer problema que requeira mexer em seu fundo causal.

Em relação à universidade brasileira, tanto a pública como a privada, ela não consegue escapar da lógica que nos tem pautado na sociedade em geral, embora a maneira de lidar com as manifestações específicas dos problemas gerais seja um pouco diferente. A universidade pública, onde atuo hoje, é um dos espaços socioinstitucionais mais democráticos e plurais da nossa sociedade. Ela experimentou a democratização do acesso, passando a lidar com alunos que sofrem os efeitos da nossa desigualdade social e do quadro calamitoso da educação básica no país. Trata-se, portanto, de uma situação desafiadora para os professores, que em algumas ocasiões são chamados a fazer as vezes de assistentes sociais ou psicólogos. Além dessa dimensão sociocultural do problema, há a circunstância de que as últimas gerações desenvolveram uma relação com a tecnologia, particularmente as de comunicação, que acrescenta desafios ao mister do professor. E há ainda, também, o aumento da influência do identitarismo em parcela dos alunos e dos professores, que exacerbam o militantismo mais histriônico, particularmente na minha área, Ciências Humanas. E o militante é, antes de tudo, um acusador. Vive do protesto e da denúncia. A observação, geralmente sob cognição degenerada, da irrealização do que considera justo e bom, o faz sempre desejar um "bode expiatório" para as suas frustrações. Mas, mesmo diante dessas questões negativas, é um trabalho devotado à inteligência e, para mim, muito prazeroso. Sob certo sentido, levo à sério a hipótese de Platão segundo a qual o professor tem como tarefa salvar o aluno: de sua família, de sua circunstância, de sua cultura. E nesta tarefa salvadora, o que procuro fornecer é um treinamento para que eles aprendam a manejar os meios intelectuais com que irá entender os processos básicos da sociedade e do mundo em que atuam.

E na dimensão pessoal eu vivo a expectativa de novamente ser pai (eu tenho uma filha, Hadassa, de dez anos) e tem sido uma experiência muito boa, cheia de novas projeções. A minha esposa, Marina, e eu estamos na fase de escolha do nome do bebê. E ela me critica

por invocar nomes “velhos”, de grandes personagens históricos (risos). E a paternidade sempre nos coloca também a questão existencial de deixar um país e um mundo melhor para nossos filhos. Por coincidência, lançarei agora no início do ano um livro, em parceria com Tiago Medeiros, intitulado Crítica da Razão Progressista, em que, além de criticarmos o estado mental dos progressistas, propomos uma mensagem alternativa, que acreditamos poder interessar também, pelo menos em parte, aos conservadores. Essa outra razão progressista é, além de tudo, uma aposta na humanidade e na civilização – especialmente a ocidental.

Como citar esta entrevista: TEIXEIRA, Carlos Sávio Gomes. O diagnóstico de um Brasil em crise: entre a mediocridade e a grandeza. Entrevistadores: FONSECA, Theo Augusto Apolinário Moreira; RODRIGUES, Lucas Antônio Nogueira; CHAGAS, Dante Alexandre Ribeiro das. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 1–15, 2024.

Realizada em 20.12.2024

Publicada em 26.12.2024

CC BY 4.0 Atribuição 4.0 Internacional